

## **GESTÃO UNIVERSITÁRIA COM BASES NO FEMINISMO E NAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PERFORMATIVAS**

Maria Beatriz Braga Mendonça <sup>1</sup>

**Resumo:** A grande movimentação social em andamento no Brasil traz à luz o trabalho de mulheres com participação direta na política e na cultura artística, de modo integrado. Esta comunicação visa relatar nossa experiência na gestão universitária da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (2013-2017), como Diretora de Unidade Acadêmica. Por meio desta vivência, destacamos a integração efetiva do trabalho administrativo-político universitário com a prática acadêmica em base feminista e no campo do conhecimento das Artes Cênicas. Isso foi importante base ética no exercício dessa gestão. Em distintos momentos, nos inspiramos em práticas performativas que valorizam a diversidade de gênero, a troca de papéis, o convívio, a artesanaria, a bricolagem, a corporeidade e a improvisação. Destacamos também a criação por nós do Fórum Mulheres na Administração Universitária (edições em 2015 e 2016). Por fim, é importante, neste contexto, relatar ainda o “Ocupa Belas Artes”, movimento estudantil de ocupação com forte participação feminina, que utilizou de expressões artísticas performativas para suas manifestações políticas. Com isso, pretendemos discutir o fortalecimento do feminino em espaços da política e da representação universitária, a sinalização de modelos democráticos femininos para gestão administrativa e integrados com a prática da arte cênica, bem como evidenciar a concreta dinamização, ou enlace, da mulher com a política e a cultura artística.

**Palavras-chave:** Feminismo. Gestão universitária. Práticas performativas.

A relação da política pública educacional com a visibilidade das mulheres pode ser percebida em uma instituição no fato dessa possuir ou não em seu histórico maior equidade de gênero em suas lideranças que assumem efetivamente cargos administrativos oficiais.

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre 2013 e 2017, na qualidade de diretora da Escola de Belas Artes, tivemos a oportunidade de atuar para que algumas questões sobre a participação feminina na política universitária pudessem ser melhor observadas. E trabalhamos para que algo pudesse ser transformado e expandido, ou seja, para que as demandas das mulheres pudessem ser compreendidas como necessárias, urgentes e imprescindíveis.

Ao assumirmos a função de gestora pública em 2013, havia seis diretoras mulheres nas vinte e uma Unidades Acadêmicas da UFMG. Seis mulheres ocupavam vice-diretorias. A UFMG, em seus 90 anos completados em 2017, viu somente duas mulheres assumirem o cargo de Reitor. Hoje, tanto o número de diretoras quanto o de vice-diretoras aumentou um pouco. Atualmente existem dez diretoras de Unidades Acadêmicas da UFMG e oito vice-diretoras, como há também cogitadas

---

<sup>1</sup> Artista cênica; Professora e pesquisadora na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Escola de Belas Artes, Curso de Graduação em Teatro e Programa de Pós-Graduação em Artes; Diretora da Escola de Belas Artes da UFMG gestão 2013-2017; Líder do Grupo de Pesquisa LAPA (Laboratório de Pesquisa em Atuação)/CNPq; cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Nome artístico: Bya Braga. Contato: byabraga@gmail.com.

para a consulta eleitoral de 2017 ao cargo de Reitor uma pré-candidatura feminina e duas pré-candidaturas femininas ao cargo de Vice-reitor. Para elas impõem-se desafios de uma representação que não se restrinja ao aspecto biológico do feminino, mas que possam ser evidenciadas, em suas propostas de gestão de reitoria, a multiplicidade do que é ser mulher. Para isso, desejamos que possam se fortalecer em seus programas ações que contemplem o compromisso pela real descolonização epistêmica para a expressão e produção livre dos saberes, sem a reprodução de discriminações e desigualdades. E que sejam enfatizadas em seus programas e planos de gestão universitária questões pela não marginalização das mulheres no trabalho, entre outras, tais como: denúncia e combate ao feminicídio, ao estupro, ao racismo e à intolerância religiosa; evidência e combate de preconceitos em funções e atribuições de trabalho entendidas, ainda, socialmente e culturalmente como “de mulher”; colaboração para o reconhecimento da função social da maternidade com acolhimento devido às mulheres mães trabalhadoras e estudantes; defesa do direito da mulher quanto às decisões sobre seu corpo e sua sexualidade; proteção da saúde das mulheres; combate às violências caracterizadas como assédios; estímulos e garantias de maior participação política nas diversas gestões universitárias; garantias de acessibilidades e inclusões; respeito à diversidade de pensamento e produção nas variadas áreas de conhecimento, por exemplo.

O crescimento da participação feminina na gestão universitária da UFMG pode estar relacionado a fatores diversos, de caráter ampliado e conectado com a história do feminismo no Brasil, ou mesmo de caráter mais local. As mulheres são diversas, suas necessidades e motivações sociais idem. Há complexidade significativa para se contextualizar determinadas formas de emancipação social e econômica ou mesmo dizer sobre a opressão feminina ainda bastante vigente. É nosso interesse destacar aqui algumas ações na gestão universitária que recentemente realizamos na UFMG que devem, de algum modo, ter fortalecido a visibilidade das mulheres no âmbito institucional. E que também podem, talvez, ter colaborado indiretamente no apoio de propostas de novas candidaturas femininas a gestões assim ou mesmo na ocupação de outros cargos de chefia administrativa acadêmica. Mas, interessa-nos, sobretudo, levantar algumas questões sobre as possíveis bases da ação política presentes nesta nossa gestão, comentando a respeito da atividade política como um encontro humano, uma rede de conversações, que pode colaborar efetivamente para que conflitos sejam solucionados e problemas concretos diminuídos. Neste contexto é que apresentamos um pouco de nossa experiência de gestão universitária na direção da Escola de Belas Artes da UFMG.

A universidade pública brasileira reproduz, em circunstâncias distintas, padrões de comportamento que revelam preconceitos de gênero, raça, cultura e classe reforçando, assim, relações desiguais de expressão e de poder. Uma cultura patriarcal ocidental se mostra presente no dia a dia institucional e, neste sentido, tende a sustentar práticas de segregação e opressão institucionais diversas, impedindo que se abram redes de conversações que valorizem a paz, a cooperação, a igualdade, a justiça social, a inclusão, alimentando, ainda, noções de hierarquia organizacional sustentadas no controle e submissão do outro, ou mesmo na negação do auto respeito.

Segundo Maturana e Verden-Zöller, “só o aparecimento da democracia foi de fato uma ameaça ao patriarcado porque ela surge como expansão das conversações matrísticas da infância” (Maturana; Verden-Zöller, 2004, p. 85). Ou seja, o modo “psíquico patriarcal” afeta o tratamento igualitário e de respeito mútuo entre os seres, promovendo cortes na dignidade de suas existências. Interfere, também, no modo de apreender o mundo, valorizando mais as compreensões objetivas e comprováveis sob falsa neutralidade da observação do ambiente.

No período de nossa gestão à frente da direção da Escola de Belas Artes, entre 2013 e 2017, observamos, especialmente, o quanto foi importante compreender sobre como são definidas as normatizações gerais para as negociações entre os agentes do trabalho e como elas se relacionam com os princípios democráticos. Observamos também o quanto é necessário buscar uma rede de conversações que desfaçam o desgaste semântico da palavra feminismo, quando associada a julgamentos pejorativos, ou mesmo que problematizem a noção de qualidade no trabalho.

Se para a concretização do exercício de uma gestão administrativa universitária é preciso compreender o desenho do Estatuto da instituição em que se está vinculado profissionalmente, pois este é o documento que representa o discurso oficial organizacional, é necessário também perceber as falhas estatutárias existentes a fim de se criar pensamentos e práticas políticas que visem a, continuamente, buscar a emancipação humana por meio de uma ação educativa para a responsabilidade social.

Uma gestão administrativa universitária não pode se restringir ao entendimento de que ela é o mecanismo pragmático de promover as atividades institucionais. As ações de gestão esculpem a política institucional que se quer fortalecer ou mesmo implementar, transformar. A escultura social precisa estar plena de formas variadas que revelem compromissos firmados com a sociedade democrática e, ao mesmo tempo, carreguem potencialidade de adaptação para acompanhar as mudanças do mundo.

Quando somos cobrados na qualidade de gestores públicos universitários por valorizar e fortalecer o caráter organizacional da instituição, zelando por sua qualidade, eficiência, produtividade, economicidade, transparência, etc, não podemos nos esquecer tanto dos processos internos e da gestão democrática local, quanto dos processos externos que exercem influências variadas. Se a universidade hoje tem seguido modelos de administração das organizações, falando em planejamentos e estratégias para a qualidade no serviço público, não podemos deixar de dizer também sobre quais são as práticas mais adequadas para que possamos enfrentar novos desafios de diversos aspectos. Transmitir e produzir conhecimento para fins econômicos e competitivos, inclusive com uma visão restritiva, quantitativa, sobre inovação, não poderia ou deveria ser, somente, a meta principal da instituição universitária atual. É preciso enfatizar condutas de gestão socialmente responsáveis, que se preocupem e trabalhem, efetivamente, na gestão de pessoas, no cuidado de todas e todos, utilizando-se de modelos epistemológicos interdisciplinares para isso. A interdisciplinaridade tende a compreender melhor a complexidade humana e as próprias estruturas organizacionais, podendo colaborar diretamente para o sentimento de pertencimento social e institucional das pessoas que a constituem à luz, também, do entendimento do que a sociedade espera.

A demanda crescente por ações mais interativas, compartilhadas e participativas no âmbito social, pela sua própria comunidade, é inegável. Isso sinaliza e estimula um modo de gestão universitária também pautado no princípio da colaboração, em bases conciliadas entre os desejos individuais, as ações coletivas e as missões organizacionais. Com isso, se fortalece um modo de cidadania ativa com o pensamento mais equânime para as expressões de gênero. Valores pautados na ética pública também são imprescindíveis de existir neste contexto. Isso porque uma gestão orientada no princípio democrático da participação, da colaboração e da transparência administrativa abre espaços de discussão sobre os mais diversos temas de interesse da comunidade que forma a instituição que ela administra. Das discussões saem pautas concretas de reivindicações ou mesmo sinalização de decisões para contribuir de maneira eficaz na modernização da estrutura organizacional. Uma política de integração da comunidade institucional se instala para que uma gestão descentralize atos reconhecendo a diversidade presente.

Especificamente em nossa gestão estabelecemos o compromisso público ético de desenvolver um trabalho administrativo acadêmico no qual o princípio da democracia, com participação efetiva da comunidade da Escola de Belas Artes, foi pilar para agir em defesa das Artes, da Cultura e do Design, campos distintos do conhecimento presentes nessa instituição. A

compreensão da Constituição Federal acerca da Educação pública brasileira se fez também continuamente presente a fim de fortalecer a autonomia universitária, bem como zelar pela responsabilidade social da instituição por meio de condutas de equidade, igualdade, pluralismo, economicidade, defesa da gratuidade do ensino universitário público com qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com a participação democrática objetivamos fortalecer boas práticas de convívio com respeito mútuo para a diversidade de gênero integrada às questões raciais, de cultura e de classe social, valorizando o direito ao acesso equânime às informações e às atividades institucionais existentes, em uma vida comunitária acadêmica mais cooperativa e solidária. Valorizamos o engajamento das mulheres na administração universitária para além das funções que tradicionalmente foram compreendidas como “de mulheres” e destinadas a elas, que podem acentuar, até hoje, caráter de subalternidade ou mesmo de repetição de padrões familiaristas e sociais tradicionais em determinadas atribuições que lhes são dadas. Para isso, nossa postura administrativa como diretora pontuava continuamente, e estrategicamente, as ações de trabalho que poderiam reforçar tais padrões, vários deles ancorados na ideologia machista. Ações de combate a comportamentos de discriminação entre pessoas e de valorização do convívio igualitário integravam a contínua problematização das atribuições instituídas ao corpo técnico administrativo e acadêmico, especialmente à luz das questões de gênero. Isso foi realizado entre eventos diversos como reuniões de revisão crítica das estruturas organizacionais, diálogos institucionais sobre metodologias de trabalho e outros, ou mesmo por meio de visitas coletivas do corpo técnico administrativo em ações artísticas distintas externas à instituição (visitas a acervos de arte contemporânea tais como o Instituto Inhotim, por exemplo). Boas práticas de convívio institucional e de fortalecimento da compreensão sobre que tipo de qualidade de trabalho queríamos visava, ainda, destacar o pertencimento das pessoas à comunidade institucional com real respeito para a sua diversidade e, especialmente, com a explicitação de opressões sociais específicas contra mulheres no cotidiano.

De modo geral, podemos dizer que a prática administrativa que realizamos, integrada a alguns conteúdos do campo do conhecimento artístico cênico, destacou questões sociopolíticas para a maior conscientização da ordem patriarcal ainda vigente em seus modos de organizar trabalhos e condutas. A ordem patriarcal, em alguns momentos, se apresenta também associada às questões de opção religiosa cristã adotada por determinadas mulheres gerando outros modos de opressão, inclusive entre nós mesmas. Explicitar isso nos pareceu fundamental para se fortalecer a liberdade de opinião, expressão, conduta e crença, ainda que dentro de uma instituição laica. O princípio de

laicidade na instituição pública de educação foi fortalecido por nós, não necessariamente como anti-religiosidade, mas como garantia de liberdade e inclusão dos variados saberes e experiências. É importante lembrar que a Constituição Federal Brasileira garante a liberdade de crença religiosa a todo brasileiro e, também, determina a separação entre Estado e Igreja. Particularmente, o exercício da laicidade na instituição universitária apontou e problematizou a ideologia familiarista cristã e os papéis que esta ainda prevê para as condutas e funções (tradicionalistas, conservadoras e discriminatórias) da mulher na sociedade.

A participação democrática como princípio de nossa gestão administrativa acadêmica na Escola de Belas Artes da UFMG buscou, portanto, fortalecer a solidariedade entre as mulheres desta comunidade frente aos inúmeros desafios que o mundo atual apresenta. Desafios quanto à diminuição das ofertas de trabalho ou mesmo em relação à ameaça do exercício profissional institucional por meio de mudanças retrógradas e conservadoras propostas pelo Governo Federal atual no Brasil, impactando de modo brutal a situação das mulheres na sociedade brasileira.

O uso de princípios de conduta e ferramentas das Artes Cênicas esteve também presente não somente na pauta do modo de convívio mais solidário e presencial, mas por meio da problematização direta sobre papéis desempenhados pelas mulheres e as expressões visíveis e as caricaturas advindas deles. O modo de artesanania na relação com o trabalho, algo que enfatizamos no campo cênico da atuação performativa, bem como a bricolagem de metodologias, a valorização de uma corporeidade mais libertária, também estiveram presentes mediados pelos conteúdos da arte cênica da *improvisação*. Esta nos ensina, no campo cênico, antes de mais nada, a não nos bloquear diante de quaisquer estímulos, podendo nos relacionar com eles ao modo de um jogo interpessoal interativo em busca de soluções inovadoras. A improvisação cênica que praticamos, ensinamos e pesquisamos, especialmente em seu aspecto performativo, não valoriza necessariamente a realização de um espetáculo ou se faz instrumento para a constituição de um produto artístico imediato. Este modo de improvisar valoriza o processo, o convívio interativo e colaborativo entre pessoas e o ambiente na medida em que foca o estar presente de cada um com os repertórios e arquivos existenciais que possuímos, podendo originar expressões pessoais que transcendem padrões ou “estéticas”. Assim, a *improvisação performativa* nos auxiliou sobremaneira para continuamente não nos bloquearmos e nem nos fecharmos e um padrão de conduta esperado para a *figura*, ou poderíamos dizer, personagem social, da “diretora da Escola”. Esta maneira de improvisação contribuiu, também, para que pudéssemos mostrar o quanto os atos de escuta, inclusive do inconsciente, são valorosos e imprescindíveis na dinâmica de se administrar uma

instituição, devendo ser aumentados e qualificados. Por meio desta improvisação apontamos, continuamente, os momentos em que uma “polícia” simbólica agia em nossas mentes nos impedindo de nos relacionar com os colegas de modo a interagir buscando soluções de problemas de maneira diferente. A improvisação, como campo de conhecimento específico no âmbito das Artes da Cena, colaborou para o fortalecimento da confiança em nossa imaginação e no reconhecimento dela nos membros de toda a equipe que, conjuntamente, constituía o corpo do trabalho administrativo da Escola. Improvisar, como princípio organizador do exercício democrático, ajudou, ainda, a demonstrar condutas que devem ser resgatadas ou mesmo fortalecidas tais como: o convívio humano para além do tecnológico; o combate ao medo de errar; o prazer na invenção da vida e do trabalho; a abertura ao ser criativo; o combate à conduta de controle como princípio organizador do trabalho e das relações interpessoais nele; a escuta de si e das inquietudes de si; a liberação das expressões e sensibilidades; a abertura às concordâncias de análises institucionais e conjunturais quando elas eram possíveis e também às discordâncias; a concentração e a atenção no aqui e agora; o prazer na quebra de uma rotina e os impactos positivos disso no trabalho e na vida; a valorização da presença, do estar presente, nas circunstâncias que fossem; a Arte como conhecimento aliado da percepção de si e do mundo; a Arte Cênica como meio de revelação de si e da conquista da calma no agir, da coragem no enfrentamento dos fatos que se apresentassem, quaisquer que fossem, e da disponibilidade de atuar com rigor aliado à flexibilidade de conduta, a fim de resolver os problemas apresentados. A improvisação cênica performativa foi uma capacitação específica nossa que contribuiu como princípio ético do trabalho realizado por nós. Ela fortaleceu o nosso cuidado para com a comunidade com a qual nos responsabilizamos ao assumirmos o tipo de cargo que é uma direção administrativa acadêmica, cuidado este que contou, portanto, com o exercício continuado de uma escuta aumentada e qualificada, atenta e ao mesmo tempo com bom humor.

O reconhecimento de que a voz das mulheres precisava ser melhor ouvida na UFMG como um todo foi também motivação importante para propormos a criação do I Fórum Mulheres na Administração Universitária. A “surdez” institucional dirigida ainda às mulheres nos chamou especial atenção por meio da questão do assédio moral que, infelizmente, também nos atingiu no ano de 2013. Diante da extrema dificuldade institucional, que verificamos ter havido nas instâncias superiores, para escutar este fato de assédio moral vivido por nós, no âmbito do alto escalão hierárquico institucional universitário, compreendemos naquela ocasião que a melhor resposta a isso poderia ser viabilizar encontros entre mulheres para diálogos específicos sobre temas que nos

oprimem no trabalho universitário. Assim, o I Fórum foi proposto e realizado com a parceria das mulheres gestoras universitárias da ocasião, em especial com a Prof<sup>a</sup> Maria Márcia Magela Machado, diretora do Instituto de Geociências da UFMG à época, quem prontamente apoiou nossa ideia e compartilhou conosco a coordenação do evento nas duas edições que ele ocorreu, em 2015, entre os dias 19 e 21 de novembro, e em 2016, entre os dias 15 e 17 de setembro. Ambos foram realizados na Casa da Glória, do Instituto de Geociências da UFMG, na cidade de Diamantina, em Minas Gerais. O I Fórum gerou um documento elaborado pelas participantes, a “Carta de Diamantina”, no qual foram expostos os desejos e preocupações das mulheres gestoras acadêmicas da UFMG para uma maior ação administrativa que fortalecesse a visibilidade das questões gerais das mulheres. No II Fórum tivemos, além da participação de gestoras da UFMG em várias instâncias, a presença da Prof<sup>a</sup> Nilma Lino Gomes, Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos do Brasil na gestão 2015-2016, do governo da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff. Esteve presente também a Prof<sup>a</sup> Valéria Kemp, Reitora da Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais, gestão 2013-2016.

No período de nossa diretoria houve ainda o “Ocupa Belas Artes”, movimento estudantil de ocupação da Escola de Belas Artes da UFMG com forte participação feminina, que utilizou de expressões artísticas performativas para suas manifestações políticas. De acordo com depoimentos de algumas participantes mulheres jovens deste movimento, organizar e participar desta Ocupação na Escola de Belas Artes, sendo mulher e estudante de Artes Cênicas, foi uma atividade inspiradora, mas também complexa seja em sua logística, seja no âmbito mais geral das discussões e ações das Ocupações. O movimento na Escola de Belas Artes buscou desconstruir o machismo e a homofobia, havendo bastante confiança entre todas e todos os participantes nas representações que eles exerciam como, por exemplo, na relação conosco na qualidade de autoridade institucional, e mesmo com outros colegas de outras categorias. Observou-se, porém, no convívio com docentes da Escola que alguns deles, especialmente homens, pareciam demonstrar dificuldades em compreender ou mesmo escutar o que as lideranças femininas estudantis diziam, ao passo que quando a liderança masculina estudantil falava sobre os mesmos temas parecia haver escuta e entendimento. As estudantes mulheres jovens exerceram na Ocupação da Escola de Belas Artes, majoritariamente, atividades na comissão de segurança. Existiu também uma comissão de mulheres, ou frente feminista, que era autônoma e resolvia as questões apresentadas de modo independente do restante dos estudantes ocupantes. Esta comissão era responsável por diagnosticar atos de discriminação entre pessoas e machismo, reunindo-se periodicamente e se posicionando sobre quais medidas



tomar na relação com o sujeito agressor, realizando, inclusive, um ato de expulsão por motivo deste modo de agressão. A comissão também se responsabilizou por organizar a programação feminista da Ocupação, ou seja, dias com atividades exercidas somente com mulheres tais como: exibição de filmes, realização de performances, espetáculo teatral e oficinas de artes variadas. Esta Ocupação colaborou efetivamente para pautar temas importantes para todas e todos estudantes na relação com a própria instituição universitária. Existiu também uma comissão de produção artística que gerou uma atividade performática de grande impacto externo, denominada “Mar de gente”. Esta ação, inspirada na performance da artista contemporânea brasileira Lygia Pape, chamada “Divisor” (1968), foi realizada na cidade de Belo Horizonte, no seu centro urbano mais conhecido, e também na frente do prédio da Reitoria da UFMG, seguindo posteriormente para Brasília em manifestação social contra a “Proposta de Emenda Social (PEC) 55” conjuntamente com outros movimentos sociais. Em Brasília, a performance abrigou cento e noventa e seis participantes utilizando-se mil metros quadrados de tecido. E todas e todos cantavam a canção: “Chegou, chegou o mar pra ocupar. Não há teto que contenha. Educação vai transbordar”.

Durante o movimento “Ocupa Belas Artes”, na qualidade de diretora da Escola, pautamos estrategicamente uma atividade de abertura oficial das comemorações dos sessenta anos desta Unidade Acadêmica, com a presença do cineasta brasileiro Sílvio Tendler. A presença desse artista visou contribuir, especificamente, para que a Escola refletisse sobre como ela poderia documentar e revelar sua realidade para a sociedade; como poderia trabalhar no sentido da integração interdisciplinar e inclusão; como fortalecer suas ações acadêmico-artísticas voltadas para os interesses do bem comum. Tudo isso integrado à noção de *utopia*, uma nomeação que escolhemos para dizer do que desejamos no presente e no porvir frente às realidades vividas e documentadas, interagindo com a defesa da utopia proposta pelo cineasta Sílvio Tendler.

Com isso, quisemos ainda pensar nas utopias que temos ao manejarmos nosso passado como mulheres, diante de nossas memórias individuais e coletivas. E perguntamos: que utopias vivemos ao tecermos relações entre mulheres e os ambientes que nos cercam? Se a base da conduta utópica passa pela reflexão sobre a realidade, se a realidade se faz triste e opressiva para nós mulheres, o que fazemos para continuar lutando, por meio da Arte, pela emancipação de todas e pelo bem comum? Se a tecnociência, a robótica, a biotecnologia, a nanotecnologia não valorizam suficientemente a imaginação criadora, o convívio humano singular, o saber e a produção em Arte como outro legítimo conhecimento, isso tudo faz com que o espírito utópico esteja morto? A

inovação, que tanto se exalta no mundo científico, sem utopia, que sentidos teria? A democracia, sem fortalecimento da liberdade, da solidariedade, que sentidos teria?

Diante do exposto, reforçamos aqui a existência de vários feminismos em diversos atos. Expusemos o feminismo que buscamos realizar quotidianamente, mais especialmente no momento em que trabalhamos como gestora ou em outras ações profissionais e de vida pessoal. Isso incluiu e inclui a defesa de: direitos iguais; salários iguais; o entendimento de que o trabalho feminino não pode se limitar ao que foi construído historicamente apoiado em questões de gênero impostas socialmente; a valorização da arte e da cultura em amplos aspectos, fazeres e saberes; a compreensão de que a mulher deve ter liberdade e não ser discriminada se ela não seguir modelos familiaristas tradicionais (ser mãe, cuidar dos idosos familiares, responsabilizar-se sozinha por cuidar de filhos, casa, etc); o combate rigoroso ao assédio moral e sexual; o estímulo e fortalecimento às representações da mulher seja no campo do conhecimento da Arte seja no vasto campo da Cultura, com debates à luz da diversidade sobre o feminino, incluindo as mulheres trans, bem como evidenciando os preconceitos e caricaturas variadas sobre a mulher; a defesa de que a mulher tem direito a voz e corpo livre e não pode ser interrompida quando está falando, seja em um debate, seja em uma exposição, mesa redonda, em outro ato, isto é, o combate ao *manterrupting* (interrupção masculina); a defesa de que a mulher tem direito à ocupar os mais diversos espaços e papéis sociais, como o político; o combate à apropriação de uma ideia de uma mulher por um homem, isto é, ao *bropropriating*. Inclui, ainda, trabalhar em ações que poderiam parecer simples em uma gestão administrativa universitária, mas que são sustentação para várias outras acontecerem: melhorar a iluminação, a segurança e o transporte dos campi; valorizar e requalificar estruturalmente espaços de convívio, criar mecanismos internos específicos de escuta, como ouvidoria de mulheres, entre outros.

Para finalizar, relataremos brevemente a seguir a performance que fizemos para nos despedir do trabalho de diretora da Escola de Belas Artes. Em nosso último dia como gestora, nos dirigimos ao pátio interno do prédio central da Escola carregando nos braços vários pedaços de cordas com muitos nós entre elas. Carregávamos também cabelos cortados nossos, pacotes de absorvente feminino, esmaltes, folhas de papel impressas com a letra da música “Plataforma”, de João Bosco. Tudo isso foi carregado dentro de uma sacola de pano com a marca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No centro do pátio, convidamos todas (os) as (os) presentes, inicialmente, a nos ajudar a desatar os nós das cordas cantando o samba “Plataforma”. Após o ato de desatar todos estes nós, deixamos as cordas desatadas no chão do pátio e iniciamos as instruções

para o percurso performativo de nossa “saída da direção da Escola”, ou seja, uma caminhada real nossa de saída pelo corredor principal de entrada da Escola. Convidamos as (os) presentes a nos acompanhar e apoiar nesta caminhada desempacotando, cada um, uma unidade de absorvente feminino e colando-o no chão para que pudéssemos pisar nele e fazer disso nosso percurso. Assim fizemos. Durante a caminhada cantamos em conjunto o samba “Plataforma” e entregamos a cada apoiador partes de nosso cabelo cortado, agradecendo e oferecendo com esta ação, portanto, algo concreto de nós, de nosso corpo. Com os absorventes femininos colados no chão, deixamos, então, um rastro de pegadas no corredor de entrada da Escola. Ao final dele nos despedimos de todas e todos saindo literalmente do espaço físico da Escola. Alguns disseram, com espanto: “ela está indo embora mesmo!”. Ela se foi dando adeus... E ali deixou, portanto, uma lembrança de que as mulheres sangram, de várias formas, mas caminham, seguem em frente, são fortes e têm utopias.<sup>2</sup>

### Referências

AMKPA, Awan. *Theatre and Postcolonial Desires*. London and New York: Routledge, 2004.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: Senado Federal, 1998.

BERNHEIM, Carlos Tünnerman e CHAUI, Marilena Souza. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento*. Brasília: UNESCO, 2008.

CHIARI, Gabriela Serpa. *Laboratório Madalenas - Teatro das oprimidas*. Inovação pedagógica para o gênero feminino. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas). Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas-PPGAC-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2013.

FARIA, Nalu; SILVEIRA, M. Lúcia; NOBRE, Míriam (Org.). *Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF, 2000.

FÓRUM MULHERES NA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA. *Carta de Diamantina*. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em [https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Carta%20de%20Diamantina%20revisada%20pdf%20\(2\).pdf](https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Carta%20de%20Diamantina%20revisada%20pdf%20(2).pdf). Acesso em 26 de julho de 2017.

GUILHON, Giselle. *Assédio moral no trabalho: identificação, compreensão, prevenção, ação*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

MADSON, Patricia Ryan. *Sabiduría de la improvisación*. No te prepares, sólo hazte presente. Trad. Adrián de los Ríos. México: Editorial Teatrika, 2013.

MATURANA, R. Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano. Do patriarcado à democracia*. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2004.

---

<sup>2</sup> Este texto é dedicado a quatro mulheres do sul de Minas Gerais, Brasil: Josette Braga de Mendonça, Bertha Braga Mendonça, Martha Braga Mendonça e Joanita Mendonça, que me criaram e me educaram.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais Projetos Globais: colonialidade, saberes, subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

### **University management base on feminism and performative artistic practices**

**Abstract:** The great social movement in progress in Brazil brings to light the work of women with a direct participation in politics and artistic culture, in an integrated way. This communication aims to report our experience in the university management of the School of Fine Arts of the Federal University of Minas Gerais (2013-2017), as of Academic Director of the School. Through this experience, we highlight the effective integration of university administrative-political work with academic practice on a feminist basis and in the field of Performing Arts. This was an important ethical basis in the exercise of that elected mandate. At different times, we were inspired by performative practices that value gender diversity, the exchange of roles, socializing, crafts, DIY, corporeality and improvisation. We also highlight the creation and organization by us of the Forum Women in University Administration (editions in 2015 and 2016). Finally, it is important to report in this context the event "Occupy Fine Arts", a student's occupation movement with strong female participation. With that we intend to discuss the strengthening of the feminine in spaces of politics and university representation, the signaling of feminine democratic models for administrative management integrated with the practice of Performing Arts as well as evidence of a concrete dynamism or bonding of women with Politics, Arts and Culture.

**Keywords:** Feminism. University management. Performative practices.